



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 682071 - SP (2021/0230707-1)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
IMPETRANTE : VILMAR FRANCISCO SILVA MELO
ADVOGADO : VILMAR FRANCISCO SILVA MELO - SP262172
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : MARCOS ANTONIO GODINHO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de MARCOS ANTONIO GODINHO em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (HC n. 2150068-93.2021.8.26.0000).

o paciente se encontra cumprindo pena em regime domiciliar por ser portador de HIV, conforme decisão proferida em 04/05/2020 nos autos do *habeas corpus* nº 2056001-73.2020 e, por estar executando sua pena de forma ininterrupta desde 12/08/2012, já resgatado 10 anos e 10 meses do total, foi pleiteada a progressão ao regime semiaberto, que restou indeferida sob a alegação de que deve o paciente cumprir 2/5 do restante da pena contado da data da progressão ao regime semiaberto, o que somente ocorrerá em 25/04/2022, ocorre que o paciente necessita trabalhar e já cumpriu praticamente metade da pena total.

Sustenta fazer jus à concessão da progressão ao regime aberto e pede a concessão da ordem, com antecipação liminar, para que seja deferida a progressão ao regime aberto.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para que cesse a coação ilegal, e em face do regime que está submetido, seja o sentenciado colocado incontinenti em regime aberto.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O *writ* não merece prosperar.

A decisão impugnada foi proferida por desembargador. Não há acórdão sobre a matéria suscitada na presente impetração, o que inviabiliza seu conhecimento pelo Superior Tribunal de Justiça.

Registre-se que "a competência do STJ para examinar *habeas corpus*, na forma do art. 105, I, 'c', da CF, somente é inaugurada quando a decisão judicial atacada tiver sido proferida por tribunal, o que implica a exigência de esgotamento prévio da instância ordinária, com manifestação do órgão colegiado" (AgRg no HC n. 600.555/SP, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe de 24/8/2020).

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência